

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE 5ª A 8ª SÉRIES¹

Edeílson Matias de Azevedo²
Christina da Silva Roquette Lopreato³

RESUMO: Neste artigo, analisamos a presença do tema da Inconfidência Mineira em sete livros didáticos de História destinados ao Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), selecionados do Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002. Um dos objetivos deste texto é verificar se algumas questões sobre a temática da conjuração mineira, levantadas na pesquisa de iniciação científica *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*, estão presentes, ou não, nas obras didáticas escolhidas para análise.

PALAVRAS-CHAVE: Livros didáticos, Inconfidência Mineira e Ensino.

ABSTRACT: In this article, we analyze the presence of the theme “Inconfidência Mineira” in seven History Didactic Books of Elementary School. For this reason, it was selected seven different works that appear in the “Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª series: PNDL/2002”. We also discuss, having as records the results of the research “Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais”, the presence or absence of questions evidenced by this research, such as the private interests in its different aspects.

KEY WORDS: Didactics books, “Inconfidência Mineira” and Teaching.

¹ Este artigo foi escrito a quatro mãos e tem como ponto de partida de análise as questões levantadas pelo aluno-bolsista Edeílson Matias Azevedo em sua pesquisa, já finalizada, que trata do jogo de interesses pessoais no episódio da Inconfidência Mineira. O artigo resulta do (entre)cruzamento da experiência de pesquisa do aluno Edeílson Matias de Azevedo com as experiências de sala de aula da Profa. Christina Lopreato ao lecionar a Disciplina História do Brasil I (Colônia), ministrada no Curso de graduação em História da UFU e como parecerista na análise dos livros didáticos de História para o *Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002* e para o *Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries: PNLD/2004*.

² Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

³ Profª Dra do Instituto de História – UFU.

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

O LIVRO DIDÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

No Brasil, o livro didático, como instrumento de transmissão do conhecimento, converteu-se, por várias razões, ao longo de sua utilização, iniciada no século XIX, em um importante instrumento no processo de ensino e aprendizagem. Quando começaram a ser utilizados, os primeiros exemplares foram traduzidos do francês para a nossa língua. A partir de 1870, com a obrigatoriedade do ensino para os brasileiros e, principalmente, depois da proclamação da República, passaram a ocupar um espaço considerável no comércio de livros. Apesar do aumento de publicações – a grande maioria produzida por autores brasileiros – não existia política pública para o livro didático.

Foi somente a partir do ano de 1930, mediante de vários decretos governamentais, que foram elaboradas políticas públicas no sentido de reconhecer o livro didático como um dos principais instrumentos de que os professores poderiam dispor durante o processo de ensino e aprendizagem. Em 30/12/1938, o livro didático obteve, por parte do governo federal, presidido por Getúlio Vargas, atenção especial com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Daí em diante, passando pelo regime ditatorial brasileiro e pelo período de redemocratização, diversas políticas foram elaboradas com o objetivo de avaliar a qualidade dos livros didáticos produzidos no Brasil. Em 1995, foi iniciada, por técnicos do Ministério da Educação, a avaliação dos livros didáticos destinados aos estudantes brasileiros, chegando à elaboração dos Guias de Livro Didático de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries, dos quais constam todas as obras classificadas como as mais adequadas para serem adotadas pelos estabelecimentos de ensino público brasileiro.

Tendo em vista a importância adquirida pelos livros didáticos no processo de ensino e aprendizagem e o interesse dos técnicos do Ministério da Educação em selecionar, por meio de processos avaliatórios, as melhores obras disponibilizadas pelas editoras brasileiras de livros didáticos para as duas fases do Ensino Fundamental – 1ª a 4ª/5ª a 8ª séries – e levando em consideração os resultados obtidos na pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*⁴, busca-se, com esse artigo, analisar o tratamento dado à Inconfidência Mineira em alguns livros didáticos de His-

⁴ Projeto de Pesquisa desenvolvido entre agosto/2001 e julho/2002, por Edeílson Matias de Azevedo, sob orientação da Profª Drª Christina da Silva Roquette Lopreato, financiado pela Universidade Federal de Uberlândia.

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

tória que constam do *Guia do Livro Didático – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002*.

Para este artigo, foram selecionados sete livros: *Diversidade Cultural e Conflitos* – 6ª série (coleção História Temática/classificada como Recomendada); *Do Século XVIII até o século XIX* – 7ª série (coleção Cultura e Sociedade/classificada como Recomendada com Ressalvas); *Brasil: da chegada dos portugueses à independência* – 5ª série (coleção Horizontes/classificada como Recomendada com Ressalvas); *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império* – 7ª série (coleção História: passado e presente/classificada como Recomendada com Ressalvas); *Nas Trilhas da História: séries finais do Ensino Fundamental* – 7ª série (coleção Nas Trilhas da História/classificada como Recomenda com Ressalvas); *História Geral e do Brasil* – 7ª série (coleção Saber e Fazer História/classificada como Recomendada com Ressalvas); e, por fim, *História e Vida* – 7ª série (coleção História e Vida Integrada/classificada como Recomendada com Distinção). Vale esclarecer que somente o conteúdo relativo à Inconfidência Mineira foi analisado.

No intuito de realizar uma análise de cada capítulo relativo à Inconfidência Mineira, foram adotados alguns procedimentos. Estes consistem na elaboração de subtópicos, aos quais os conteúdos serão submetidos: 1) *contexto histórico do período pombalino*; 2) *conjuntura histórica da capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*; 3) *fatores que levaram os participantes da Inconfidência Mineira a elaborar os planos conspirativos*; 4) *os planos traçados e os objetivos que os conspiradores pretendiam alcançar*; 5) *discussão sobre as divergências entre os elaboradores dos planos – independência do Brasil ou somente da Capitania de Minas Gerais, escravidão e sistema de governo*; 6) *abordagem dos interesses pessoais*; 7) *o tratamento dado à personagem histórica Tiradentes*.

Observando os subtópicos elaborados, o conteúdo de cada capítulo será submetido a apreciações que têm em vista apresentar possíveis lacunas teóricas. Não só estas serão ressaltadas, mas também o reconhecimento em relação ao tratamento dispensado ao tema da Inconfidência Mineira. Feito isso, buscar-se-á, sempre que oportuno, estabelecer um diálogo entre as análises realizadas e os resultados da pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*.

Com o subtópico *contexto histórico do período pombalino*, procuramos chamar a atenção para sua importância na discussão sobre a Inconfidência Mineira. Ao assumir o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar – posto mais importante do reino português no período em que Portugal

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

possuía diversas possessões coloniais no mundo – Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal), com o intuito de “nacionalizar” o comércio que se fazia tanto em Portugal quanto em suas colônias – praticamente quase todo o comércio era realizado por estrangeiros, principalmente, ingleses –, colocou pessoas ricas em postos-chave das administrações coloniais. Com essa política, grandes comerciantes e proprietários de minas passaram a ocupar cargos de destaque na Capitania de Minas Gerais. O resultado foi o enraizamento de interesses pessoais na administração pública. Alguns anos depois que Pombal deixou o cargo, a administração pública dessa capitania estava quase que totalmente a serviço de interesses particulares. Por exemplo, os impostos que deveriam ser pagos pelos comerciantes e donos de minas foram sonegados, pois eram eles que estavam nos principais cargos da administração. Ao tomar posse como Ministro da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro adotou medidas no sentido de cobrar todos os atrasados que foram se acumulando em decorrência da sonegação. Isso gerou grande insatisfação, impulsionando alguns cidadãos da capitania a traçar planos que iam na direção do rompimento dos laços políticos com Portugal, pois já não controlavam mais a burocracia da capitania em seu próprio benefício.

Em se tratando da *conjuntura da Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*, a intenção é procurar observar como os capítulos dos livros didáticos selecionados abordam-na. A presença de tal conjuntura é necessária pelo fato de ter sido nela fomentadas as situações que possibilitaram a convergência de pessoas da capitania dispostas a elaborar planos que iam em direção ao rompimento dos laços políticos com o poder central português.

No subtópico, *fatores que levaram os participantes do movimento a elaborar os planos conspirativos*, será analisado de que maneira eles aparecem nos livros didáticos. São muitos os fatores, mas, nesse ponto, procurar-se-á observar a presença daqueles que mais se destacaram, como, por exemplo, o cancelamento de dívidas, a perda de privilégio por parte de alguns conspiradores que, antes da chegada de Luís da Cunha Meneses, se beneficiavam da condescendência do governador anterior.

No que diz respeito aos *planos conspirativos*, o objetivo consiste em apreciar sua abordagem pelos autores tendo em vista o que foi evidenciado na pesquisa sobre os interesses pessoais dos inconfidentes. Em relação à *discussão sobre as divergências entre os elaboradores dos planos – independência do Brasil ou somente da Capitania de Minas Gerais, escravidão e sistema de governo*, é nossa preocupação observar a presença

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

ou ausência no conteúdo de cada capítulo.

Verificar se a *abordagem dos interesses pessoais* faz-se presente nos livros didáticos tem importância fundamental. Com esse subtópico, pretendemos discutir a maneira como os interesses em jogo na Inconfidência Mineira são apresentados nas obras didáticas.

Com o subtópico *tratamento dado a Tiradentes*, intentamos por em discussão a dimensão que os autores dos livros didáticos selecionados dão àquela personagem histórica, que, ao longo dos tempos passados, foi transformado no maior ícone da Inconfidência Mineira e no patrono cívico da nação brasileira. Faz parte dos objetivos discutir a possível centralidade que ele poderia ocupar nos livros didáticos.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

No capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil* do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, coleção *História Temática*, não há referência alguma quanto ao contexto histórico do período pombalino⁵. Aliás, é quase inexistente, no capítulo em análise, menção que possa relacionar a Inconfidência Mineira à conjuntura histórica do período em que o Marquês de Pombal esteve à frente da administração do reino português. Vale lembrar, mais um vez, que a administração pombalina criou uma situação que desembocou em implicações graves, prejudicando os interesses públicos em benefício de privilégios particulares.

Em relação à conjuntura histórica da Capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, observa-se que se reduz às “medidas severas de controle e fiscalização da Coroa Portuguesa sobre o ouro retirado de Minas Gerais ...” (CABRINI, et. alli, 2001a, p.21) a “... grande insatisfação [...] [que isso provocou] na população colonial” (CABRINI, et. alli, 2001b, p.21) e o medo que a iminente cobrança, pelo rei de Portugal, do ouro atrasado⁶ causava nessa mesma população.

Em se tratando dos planos e objetivos dos inconfidentes, eles restrin-

⁵ O período em que Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – esteve à frente do principal cargo da administração portuguesa – Ministério da Marinha e Ultramar – vai de 1750 a 1777. Logo após a morte de D. José I, ele foi substituído por Martinho de Melo e Castro.

⁶ Essa cobrança correspondia às quantidades de ouro que, em anos anteriores a 1788, não completaram as 100 arrobas anuais que os mineradores deveriam enviar a Portugal como forma de captação do imposto denominado *quinto*. De todo o ouro extraído, dever-se-ia destinar uma parte para o erário português.

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

gem-se, no capítulo em discussão, em "... obter a independência política da capitania de Minas Gerais" (CABRINI, et. alli, 2001c, p.134) e implantar "... uma república independente" (CABRINI, et. alli, 2001d, p.135). Sobre esse ponto, em específico – o regime político que os inconfidentes pretendiam adotar –, lê-se, no livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, a certeza de implantação de uma república. As análises realizadas na pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais* não permitem que façamos essa afirmação, pois os próprios inconfidentes, em seus depoimentos nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, discordam, entre si, do regime político a ser implantado. Portanto, parece-nos equivocada a afirmação em relação a este aspecto sobre o qual ainda pairam dúvidas.

Quanto ao sistema político a ser adotado, a continuidade ou não da escravidão, se a independência seria apenas da Capitania de Minas Gerais ou de todo o território brasileiro e, no que concerne aos interesses pessoais, ficou evidenciado, por meio da pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*, que existiam divergências entre os inconfidentes. Embora, no texto em discussão, os interesses dos inconfidentes sejam mencionados, não há qualquer alusão sobre tais discordâncias. Relativos aos interesses pessoais é apresentado que os conspiradores agiram "... movidos por interesses econômicos" (CABRINI, et. alli, 2001e, p.21). Apesar da referência aos interesses ser de pouca expressão, ela constitui-se num ponto com base no qual o professor poderá fazer uma discussão sobre tais interesses dos inconfidentes.

Embora tenhamos observado, no capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*, a ausência de abordagens que poderiam enriquecer o conteúdo relativo à Inconfidência Mineira, a presença de Tiradentes é assaz destacada. Os autores do livro didático destinam a metade de uma página a uma das diversas representações físicas dessa personagem histórica⁷, medindo 17,5cmx8,5cm, (CABRINI, et. alli, 2001f, p.135), contendo, ao seu lado, relato sobre sua vida pessoal e profissional. Consideramos que a atenção dada a Tiradentes tende a contribuir para que, no ensino de História continue prevalecendo a individualização de acontecimentos históricos, ou seja, a sua identificação com um único sujeito histórico. Conside-

⁷ Apresentada no capítulo *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*, do livro didático *Diversidade Cultural e Conflitos*, é o óleo pintado, em 1940, por José Washt Rodrigues, o qual encontra-se no *Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro. Para aqueles que querem saber um pouco mais sobre as várias representações de Tiradentes, indicamos a obra *Tiradentes: o corpo do herói*, de Maria Alice Milliet: MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 295p.

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

ramos, também, que a abordagem da Inconfidência Mineira, nesse texto, deixa muito a desejar. É um texto com muitas lacunas e de pouca densidade analítica.

No capítulo *Os Movimentos de Libertação no Brasil do livro didático Do Século XVIII até o Século XIX*, coleção *Cultura e Sociedade*, observa-se a ausência de informações a respeito do período pombalino. Já no que tange à conjuntura da Capitania de Minas Gerais, nas cinco décadas finais do setecentos, ela é apresentada com ênfase no aspecto econômico: “a situação tornou-se ainda mais crítica quando a mineração entrou em declínio. Os impostos cobrados pela metrópole eram altos. Os brasileiros não conseguiam pagá-los, e as dívidas se acumulavam” (ORDEÑOZ, et. alli, 2002a, p.77). Embora a escassez do ouro tenha agravado a situação, outros fatores foram importantes nessa conjuntura. Por exemplo, o fato de alguns homens que tiravam vantagens da proximidade com o aparelho burocrático-administrativo terem sido afastados quando da chegada do governador Cunha Meneses.

Sobre as condições que fizeram com que alguns cidadãos vilariqueses elaborassem planos na direção do rompimento político com a metrópole, o livro didático em análise é bastante sucinto, apresentando como ponto fomentador do descontentamento a pressão política da metrópole. Igualmente resumido é o tratamento dado aos planos e objetivos que tais pessoas pretendiam alcançar: “a idéia de independência tornava-se cada vez mais forte entre os homens importantes da região ...” (ORDEÑOZ, et. alli, 2002b, p.77).

Não há, nesse livro didático, qualquer referência às discordâncias entre os integrantes do grupo que desejavam alcançar os objetivos traçados. Em contraposição à falta de referência sobre os interesses pessoais, o tratamento dispensado a Tiradentes é singular. Os autores reservaram 1/4 de página para expor alguns dados pessoais e profissionais de sua vida, destacando-o como homem do povo em meio a um grupo de pessoas ricas e eruditas. Embora os autores tenham apenas citado outros participantes do movimento, a figura de Tiradentes sobressai.

Analisando o capítulo *As Rebeliões Separatistas: a luta pela independência* do livro didático *Brasil: da chegada dos portugueses à independência*, coleção *Horizontes*, a abordagem do contexto histórico do período pombalino não nos pareceu satisfatória pelo fato de apresentar-se bastante pontual. Foram mencionadas várias medidas adotadas por Pombal, dentre elas, o rigor no ato de fiscalizar, pois “houve maior fiscalização dos órgãos administrativos ...” (ORDEÑOZ, 1999a, p.159); sendo esta, uma das

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

principais. Mas, contraditoriamente, o que se verifica, nesse período, é que os homens de posse colocados à frente da burocracia da Capitania de Minas Gerais por Pombal não se preocuparam em cumprir, com o rigor, o que determinava a política pombalina no âmbito da arrecadação de impostos. Embora seja pontual, o contexto apresentado no capítulo em análise avança, na abordagem desse tópico, em relação aos textos anteriores.

Para tratar da conjuntura histórica, são expostas situações relacionados à escassez do ouro:

na segunda metade do século XVIII, a mineração começou a entrar em decadência [...] Com o declínio da mineração, os mineradores não conseguiam mais pagar o imposto de cem arrobas de ouro por ano. Se essa quantia não fosse atingida, havia a possibilidade de ser cobrada a derrama que era a cobrança, à força, dos impostos atrasados (ORDEÑOZ, 1999b, p.159-160).

Restringindo a conjuntura à decadência do ouro, assim como ficou constatado nos textos anteriormente analisados, verifica-se um empobrecimento teórico, pois aspectos de relevância são deixados de lado, como, por exemplo, o descontentamento gerado em algumas pessoas importantes da capitania pelas atitudes de Cunha Meneses.

Quanto aos fatores que levaram essas pessoas a unirem-se em torno de objetivos comuns, destaca-se a ameaça iminente de cobrança das quantidades de ouro que faltaram, em anos anteriores a 1788, para completar anualmente as cem arrobas da quinta parte da extração aurífera e o “... descontentamento em relação à situação de Minas Gerais” (ORDEÑOZ, 1999c, p.160).

A abordagem dos planos e objetivos é satisfatória ao apresentar seis pontos principais, dentre eles, “... regime de república federativa; [...] criação de uma universidade em Vila Rica; [...] incentivo e abertura de indústrias manufatureiras ...” (ORDEÑOZ, 1999d, p.161).

Em contraposição aos capítulos dos livros didáticos anteriormente analisados, no capítulo *As Rebeliões Separatistas: a luta pela independência*, é destacada, ainda que de maneira superficial, a divergência entre os elaboradores dos planos conspirativos: “entre os inconfidentes, houve a sugestão de abolição da escravatura, idéia que não foi aceita pela maioria” (ORDEÑOZ, 1999e, p.161). Embora tenha havido esse esforço, faz-se necessário ressaltar que as discordâncias não se resumem apenas ao que foi exposto. Vale também frisar que, quanto ao regime político a ser

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

adotado, caso os planos tivessem êxito, existiram discórdias entre monarquia e república. No entanto, nesse capítulo, há a afirmação categórica de que o regime seria o de uma república federativa.

Por fim, como último subtópico a ser observado no capítulo *As Rebeliões Separatistas: a luta pela independência*, cabe verificar o tratamento dispensado a Tiradentes. Este é apresentado apenas por meio de um pequeno trecho: “fazia parte do grupo dos inconfidentes o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que também trabalhava como dentista ...” (ORDEÑOZ, 1999f, p.161). É importante ressaltar que outros inconfidentes são citados, o que não contribui para que o leitor apreenda uma imagem individualizada da Inconfidência Mineira, conforme ficou evidenciado no texto *Fragmentos da Vida Colonial no Brasil*.

Passando ao capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*” do livro didático *A Consolidação do Capitalismo e o Brasil Império*, coleção *História: passado e presente*, em relação à conjuntura histórica do período pombalino, as autoras apresentam, além de um pequeno parágrafo que contém informações pessoais a respeito do Marquês de Pombal e um box que informa sobre sua atitude de expulsar os jesuítas, em 1759, das possessões portuguesas, inclusive do vice-reinado do Brasil, um contexto que se restringe ao controle da produção aurífera: “o controle do ouro do Brasil foi uma das principais formas que Pombal adotou para tentar solucionar os problemas de Portugal” (CARMO, 2001a, p.28). Além disso, constam: a tentativa de Pombal acabar com o contrabando do ouro com o fechamento das oficinas de ourivesaria; a proibição de ourives que não tinham licença do governo de trabalhar; e a cobrança, em dois momentos – 1762 e 1768 –, da quinta parte do ouro extraído anualmente que não tinha sido paga. Há, ainda, destaque para a queda da produção do ouro e a insatisfação, em função das medidas adotadas, por parte da população local: “diante das demonstrações de força e das medidas repressivas aos colonos, a população das minas se tornou cada vez mais revoltada” (CARMO, 2001b, p.29). Trata-se, a respeito desse tópico, de uma abordagem satisfatória e elogiável em relação aos demais textos analisados.

Relativo aos fatores que estimularam a elaboração dos planos, eles foram restringidos à chegada do Visconde de Barbacena – futuro governador da capitania, o qual tomou posse no cargo em 11/07/1788 – e sua missão de lançar a terceira cobrança dos impostos atrasados relativos à extração do ouro: “... a rainha enviou um novo governador para Minas Gerais, que vinha com ordens de realizar a cobrança, em data não anunciada. A decisão da Coroa causou mais revolta entre os colonos, sobretudo

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

em Vila Rica ...” (CARMO, 2001c, p.29). Reduzir tais fatores à chegada do novo governador pode levar o leitor à compreensão de que esse fato tenha sido o principal, dentre os que fizeram surgir cidadãos insatisfeitos com a situação vigente na capitania em finais do século XVIII. Embora no trecho citado haja a ressalva de que o novo governo “causou mais revolta entre os colonos”, dando a entender que outras atitudes que provocaram insatisfações foram tomadas pelos administradores, julgamos necessária a presença de outros elementos, procurando, assim, demonstrar ao leitor que a chegada de Barbacena não se constituiu no principal fator causador de revolta entre os colonos, pois as conversações que convergiram para a elaboração dos planos conspiratórios, segundo ficou evidenciado na pesquisa *Inconfidência Mineira: o jogo de interesses pessoais*, datam de período anterior a julho de 1788.

De acordo com o que as autoras apresentam, os tópicos relativos aos planos e as divergências entre os inconfidentes podem ser analisados em conjunto, isso porque elas os relacionam de forma bastante satisfatória. Esses dois subtópicos são apresentados da seguinte maneira:

todos os conspiradores concordavam em algumas questões: queriam a eliminação do monopólio português, que impedia os colonos de comerciar com outros países do mundo; o desenvolvimento das manufaturas; e o incentivo da produção agrícola. Mas sobre outros pontos havia discordâncias: discutiram se o novo país teria escravos ou não, e não conseguiram chegar a um acordo, pois entre os conspiradores havia proprietários de escravos. Também quanto ao tipo de governo que se instalaria depois da independência, havia diferentes opiniões: a maioria [...] desejava uma república. Outros preferiam a monarquia (CARMO, 2001d, p.29).

Em relação aos demais capítulos de livros didáticos já analisados, o tratamento que, no capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*”, é dado a esses dois tópicos pode ser considerado elogiável. Além de mostrar as divergências entre os inconfidentes, são elucidadas quais foram elas. Há que ser ressaltada a questão da independência: “pensou-se também na bandeira do novo país ...” (CARMO, 2001e, p.29). Neste excerto, não fica claro se o rompimento político com Portugal seria somente em relação à Capitania de Minas Gerais ou a todo o vice-reinado, pois a referência “novo país” tanto pode ser relacionada a essa região quanto ao espaço territorial de todo o Brasil. Diante dessa ambigüidade, é preciso tornar claro que,

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, os depoimentos a esse respeito são dissonantes: alguns falam em independência somente da região das minas, outros indicam que ela dar-se-ia em todo o vice-reinado.

Analisando a abordagem dos interesses pessoais dos inconfidentes, observa-se que, no capítulo “*Liberdade Ainda que Tardia*”, Joaquim Silvério dos Reis é apresentado como único inconfidente movido por interesses particulares: “ele devia uma enorme quantia à Coroa e, se o movimento fosse vitorioso, ficaria livre da dívida” (CARMO, 2001f, p.30). É preciso deixar claro que não fora somente Silvério dos Reis o único devedor. João Rodrigues de Macedo e Inácio José de Alvarenga Peixoto, por exemplo, também deviam consideráveis somas ao Erário Real.

Em relação ao tratamento dado a Tiradentes, a abordagem não se restringe, com o verificado nos outros capítulos analisados, a apresentar informações superficiais sobre sua vida pessoal e profissional. Ele é apresentado como aquele que foi punido por ter sido o elo mais fraco de todo o grupo: “... Tiradentes foi aquele que costumamos chamar de ‘bode expiatório’, ou seja, o que leva a culpa e o castigo pelos outros, para servir de exemplo” (CARMO, 2001g, p.31). Outro ponto importante a ser destacado é que, em “*Liberdade Ainda que Tardia*”, essa personagem histórica não sobressai em relação aos demais inconfidentes, pois outros nomes são apresentados.

Quanto ao capítulo *As conjurações, unidade 3, seção Os Caminhos que Levaram à Independência do Brasil*, do livro didático *Nas Trilhas da História: séries finais do Ensino Fundamental, coleção Nas Trilhas da História*, sobre o período em que Pombal esteve à frente do Ministério da Marinha e Ultramar – posto mais graduado da administração portuguesa –, em especial, as medidas que impôs às colônias, não há nenhum registro. Já na abordagem sobre o contexto histórico do final do setecentos nas Minas Gerais, observa-se que ele é resumido à cobrança dos impostos que “... sobrecarregava a população, que não mais os suportava” (ALVES, et. alli, 2000a, p.113) e ao “... processo acentuado de declínio das minas” (ALVES, et. alli, 2000b, p.113). Verifica-se que o tratamento desse tópico é bastante simples. Igualmente simples é a atenção destinada aos fatores que impulsionaram a elaboração dos planos. Eles são sintetizados em um único objetivo: pôr “... fim à independência da Capitania em relação a Portugal” (ALVES, et. alli, 2000c, p.113).

De maneira um pouco diferente, em relação aos tópicos anteriores, os planos e objetivos são apresentados de modo a contemplar importantes pontos: “os planos dos mineiros para a implantação da república, cujo

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

comando caberia a Tomás Antônio Gonzaga, envolviam o incentivo às manufaturas, a fundação de uma universidade, o estabelecimento de livre-comércio” (ALVES, et. alli, 2000d, p.113). Cabe notar que, nesse excerto, há uma imprecisão que, para a análise que está sendo tecida, é relevante. Ela consiste no fato de os autores afirmarem que o comando do regime político que seria implantado caberia a Gonzaga. Não há, portanto, essa certeza, daí a imprecisão. Também é igualmente imprecisa a implantação de uma república, conforme já discutido anteriormente.

Em se tratando das divergências entre os elaboradores dos planos, nota-se a ausência de qualquer referência. Embora não haja nenhuma menção alguma a esse respeito sobre os interesses dos quais os inconfidentes encontravam-se imbuídos, há uma passagem que nos interessa: “... sob a influência das idéias iluministas, [os inconfidentes] passaram a defender interesses próprios, desvinculados da metrópole” (ALVES, et. alli, 2000e, p.111). Desse trecho, depreende-se que são interesses locais ligados a vários grupos sociais do que propriamente pessoais, isso porque, em outra passagem, a saber, “a exploração colonial da cana-de-açúcar e do ouro trouxe lucros para Portugal mas ocasionou também a formação de grupos sociais ...” (ALVES, et. alli, 2000f, p.111), é possível observar que os “interesses próprios” relacionam-se a grupos que se constituíram em diferentes regiões do vice-reinado do Brasil, portanto, o subtópico relativo aos interesses pessoais não é contemplado.

No tocante ao tratamento dado a Tiradentes, logo na primeira página da unidade que inicia o tema do movimento inconfidente, sem qualquer discussão a respeito do próprio Joaquim José da Silva Xavier, é colocada uma imagem ampliada de seu rosto. É possível que tal procedimento contribua para que o culto à pessoa de Tiradentes como principal personagem da Inconfidência Mineira continue, pois a reprodução, seja qual for a representação de sua imagem, pode fazer com que o leitor o identifique como tal.

Passando ao capítulo *Brasil: a independência* do livro didático *História Geral e do Brasil*, coleção *Saber e Fazer História*, quanto ao contexto histórico do período pombalino, não há qualquer referência. Já a conjuntura histórica dessa região em fins do século XVIII, embora esteja presente, é apresentada sendo relacionada ao fator econômico e ao empobrecimento dos mineiros: “na segunda metade do século XVIII, a economia de Minas Gerais entrou em declínio. As jazidas de ouro estavam se esgotando e os mineiros foram ficando cada vez mais pobre” (COTRIM, 2001a, p.78).

De pouca densidade analítica, a exposição dos fatores que levaram

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

os inconfidentes a elaborar os planos conspirativos é resumida à cobrança dos “... pesados impostos de quem vivia na região das minas” (COTRIM, 2001b, p.79). Mesmo sendo ressaltado que “um clima de tensão e revolta tomou conta dos proprietários das minas de ouro quando o governador da capitania, o Visconde de Barbacena, anunciou que haveria ...” (COTRIM, 2001c, p.79) a cobrança dos impostos atrasados, nessa discussão, o texto não supera a superficialidade dos demais já analisados.

Com relação aos principais planos e os objetivos, observamos que há uma preocupação somente com alguns pontos: “ao que parece, se conquistassem o poder, os inconfidentes pretendiam separar o Brasil de Portugal. Predominava a idéia de criar uma república [...] Também pretendiam desenvolver indústrias e criar uma universidade em Vila Rica” (COTRIM, 2001d, p.80). Dois pontos merecem discussão. Primeiro: entre os inconfidentes, não havia dúvida quanto ao rompimento dos laços políticos com Portugal. A dúvida consiste se a separação seria apenas da região da capitania ou do Brasil. Segundo: embora a exposição confirme a predominância da instalação de uma república, não é registrada a outra forma de regime político que aparece nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, isto é, a monarquia.

Sem fazer qualquer referência às divergências entre os inconfidentes, o autor desse texto didático expõe que “... não havia, entre os líderes da Inconfidência, a intenção de acabar com a escravidão africana” (COTRIM, 2001e, p.80). A questão da escravidão, sua permanência ou seu fim, nos planos é um ponto sobre o qual não se chegou à convergência. Fazer essa afirmação, conforme o trecho acima, é empregar uma certeza sobre uma questão que ainda continua em aberto.

O tratamento dado a Joaquim José da Silva Xavier é passível de alguns comentários. Ele é feito mediante de uma imagem, cujo tamanho é de 12cmx7cm (COTRIM, 2001f, p.79), sendo que, ao seu lado, um pequeno texto explica o termo inconfidência e como Tiradentes passou ao status de patrono cívico da nação brasileira.

Sem se alongar muito, o que é quase uma norma nos livros didáticos, os interesses pessoais são reduzidos, como acontece em outras obras didáticas, à denúncia de Silvério dos Reis: “o objetivo de Silvério dos Reis era conseguir perdão para suas dívidas junto à Fazenda Real, o que ele obteve” (COTRIM, 2001g, p.80).

Por fim, o capítulo *Houve Muitas Revoltas* do livro didático *História e Vida*, coleção *História e Vida Integrada*, como o último a ser analisado, apresenta uma boa discussão sobre a Inconfidência Mineira. Em relação

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

à abordagem do período pombalino, esta é, sem dúvida, a melhor proposta. As medidas adotadas, nesse período, são expostas de forma detalhada. Em contraposição ao caráter satisfatório dessa abordagem, a conjuntura histórica é reduzida à questão econômica e ao sentimento de revolta: “como o ouro estava acabando, o rei resolveu explorar ainda mais a região. Para isso tomou várias medidas que aumentaram a revolta da população ...” (PILETTI, 1997a, p.74).

Igualmente à forma de abordagem da conjuntura, os fatores que impeliram alguns cidadãos vila-riquenses a elaborar planos conspirativos são expostos de maneira bastante simplificadora, pois estão diluídos de modo quase inexpressivo no sentimento de revolta e na iminência de cobrança dos impostos atrasados dos anos em que a cota de 150 arrobas de ouro não fora completada.

No que tange ao tratamento dado aos planos, não é verificado nenhum avanço analítico em comparação aos demais textos didáticos colocados em discussão. São eles assim expostos: os “... planos eram proclamar a república [...]; criar uma universidade [...]; e fundar fábricas em todas as regiões do Brasil” (PILETTI, 1997b, p.75). Novamente, conforme constatado em outros livros didáticos, a instalação do regime republicano de governo é dada como certo. Também os autores apresentam como certeza, o que, em verdade, é incerto, a independência de todo o Brasil: “os revolucionários queriam acabar de vez com a dominação portuguesa, com o regime colonial que oprimia o Brasil” (PILETTI, 1997c, p.75).

Também não há avanço ao ser abordado um ponto que gerou divergência entre os inconfidentes, a saber, a escravidão: “mas havia um problema que os dividia: enquanto Tiradentes era a favor do fim da escravidão, com a libertação imediata dos escravos, outros revoltosos eram contra ...” (PILETTI, 1997d, p.75). A diferença é que, nesse capítulo, assim como no *Brasil: a independência*, dentre os aqui discutidos, põe-se em relevo a questão da escravidão na Inconfidência Mineira como ponto que causou divergência entre os conspiradores, mesmo o fazendo de maneira simplificada.

No que diz respeito aos interesses pessoais, eles são simplificados à atitude interesseira de Silvério dos Reis: “em troca do perdão de suas dívidas, que eram muitas, ele contou ao governador” (PILETTI, 1997e, p.75) os planos que estavam sendo elaborados contra o poder metropolitano. Também, nesse subtópico, não se registra avanço em relação aos capítulos dos demais livros didáticos.

Não muito diferente, no que tange à simplificação analítica, é o

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

tratamento dado a Tiradentes. Ele é apresentado como sendo uma pessoa pobre e que "... não fazia parte da elite, mas acabou se tornando o líder mais conhecido do movimento" (PILETTI, 1997f, p.75). Há várias controvérsias a respeito dessa liderança, pois, em alguns depoimentos dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, está registrado que Tiradentes, imbuído de grande entusiasmo, falava sem reticência por onde andava sobre os planos que eram delineados, nos quais também tinha parte. Por essa razão, segundo, também, consta dos depoimentos, ele chamara a atenção por ser muito falador. Que ele, após a proclamação da República, tornou-se o inconfidente mais conhecido não há dúvida. O que não pode ser aceitável, principalmente em se tratando de livros didáticos, é que ele continue sendo apresentado como o líder mais conhecido. Além dessa rápida descrição, por meio do excerto citado, a ele é reservado um box no qual são explicados traços de sua vida pessoal e profissional, sendo destacado como o principal divulgador dos planos, seu trágico fim e sua exaltação a partir da instalação da república no Brasil. Apesar de simples, as informações contidas no box são importantes para que se iniciem discussões acerca de sua participação e a centralidade no movimento a ele imputada a partir de 15 de novembro de 1889.

Há que ser ressaltado que outros nomes são apresentados como integrantes do grupo que preparavam os planos, o que contribui para a não identificação do movimento com a figura de Tiradentes. Esse é um aspecto importante pelo fato de ele ser apresentado, em vários livros didáticos, como aquele que representa a Inconfidência Mineira em detrimento dos outros participantes.

Tendo conhecimento de que muito ainda há que ser estudado sobre os livros didáticos, neste artigo, mesmo que a preocupação tenha se restringido apenas à análise dos conteúdos que abordam a temática da Inconfidência Mineira, procuramos contribuir no sentido de apresentá-los como obras cujos conteúdos didáticos devem constituir-se em objetos merecedores de problematização, face à dimensão por eles alcançada como instrumento de fundamental importância no processo de aprendizagem.

Os livros didáticos são, em geral, portadores de várias deficiências teóricas que podem influenciar diretamente na formação intelectual dos estudantes. As informações por eles apresentadas necessitam de estudos, pois, em muitos casos, elas são fragmentadas e extremamente factuais. Temos que reconhecer que muitos avanços foram obtidos no sentido de melhorias no conteúdo. Isso se deve, em grande parte, às avaliações dos

Reflexões sobre a temática da inconfidência mineira nos livros didáticos de 5ª a 8ª séries

Edeílson Matias de Azevedo e Christina da Silva Roquete Lopreato

livros didáticos através das equipes de pareceristas montadas pelos técnicos do Ministério da Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, K. et. alli. **Nas trilhas da História: séries finais do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.
- CABRINI, C. et. alli. **Diversidade cultural e conflitos**. São Paulo: Scipione, 2001.
- CARMO, S. I; COUTO, Eliane. **A consolidação do capitalismo e o Brasil Império**. São Paulo: Atual, 2001.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Inconfidência Mineira: as Várias Faces**. São Paulo: Contexto, 2000.
- COTRIM, G. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FREITAG, B. et. alli. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808**. Tradução de João Maia. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de Livros Didáticos – 5ª a 8ª séries: PNLD/2002**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- _____. **Guia de Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries: PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.
- ORDEÑOZ, M. **Brasil: da chegada dos portugueses à independência**. São Paulo: Ibep, 1999.
- ORDEÑOZ, M. et. alli. **Do século XVIII até o século XX**. São Paulo: Ibep, 2002.
- PILETTI, N; PILETTI, C. **História e vida**. São Paulo: Ática, 1997.